



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Organização e Gestão da Educação

MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE (2009-2013): ESTUDO DE CASO DO DISTRITO MUNICIPAL KA MUBUKWANA

Miguel Arcanjo dos Santos Cabaço

Monografia apresentada em cumprimento dos requisitos parciais para obtenção do grau de
Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Maputo, Novembro de 2015



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Organização e Gestão da Educação

**MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE (2009-2013):
ESTUDO DE CASO DO DISTRITO MUNICIPAL KA MUBUKWANA**

Miguel Arcanjo dos Santos Cabaço

Monografia apresentada em cumprimento dos requisitos parciais para obtenção do grau de
Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Maputo, Novembro de 2015

Supervisor:

Mestre Alípio Matangue

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho de licenciatura nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

(Miguel Arcanjo dos Santos Cabaço)

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus filhos: Davy 1 e 2, Langutany e Muzila

Agradecimentos

Agradeço aos meus professores que consciente ou inconscientemente sempre me inspiraram, nomeadamente: Professor Doutor Manuel Bazo, Professor Doutor António Cipriano e Doutor Blaunde Patimale. Agradeço ainda ao Professor Doutor Inocêncio Mutimucuo que, das poucas vezes que o encontrei, teve a atenção de me escutar e dispôs-se a me receber em seu gabinete sempre que o achasse.

Não deixaria de agradecer ao Professor Doutor Carlos Mússa, que lançou a ideia para que eu escrevesse e desenvolvesse um tema ligado à municipalização do ensino. Ao princípio ri-me. Hesitei por despreparação. Depois deixei-me vencer. Os dados estavam lançados. O resto, no adágio popular, faz parte da história.

Agradeço ainda ao Professor Doutor Firmino Mucavele, que me recebeu em seu gabinete e em sua casa conversávamos em torno da temática, orientando-me em como prosseguir e antes mesmo de eu solicitar tantas explicações autorizou a ter acesso a qualquer documento relacionado ao pelouro que dirige, o que facilitou bastante para o cumprimento dos primeiros passos do estudo.

Agradeço a doutora Cátia Cabaço (esposa), que com os seus conhecimentos de Licenciatura em Economia, formada pela UEM, sempre me deu subsídios e apoio incondicional.

Não podia deixar de parte os meus estudantes e colegas professores do ensino secundário e afins, especialmente ao doutor Sérgio Machava, e do Japão, Akane Kiguchi.

Agradeço a minha mãe e a minha avó, que financiaram os meus estudos e me deram apoio incondicional.

Agradeço a Deus e aos meus ancestrais que sempre me inspiraram directamente.

SIA VUMA (Ámen)!

Lista das Abreviaturas

ADE	Fundo de Apoio Directo
BM	Banco Mundial
CMCM	Concelho Municipal da Cidade de Maputo
DECCM	Direcção da Educação e Cultura da Cidade Maputo
EPC	Escola Primária Completa
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
MAE	Ministério da Administração Estatal
MINED	Ministério da Educação
OGE	Orçamento Geral de Estado
PEE	Plano Estratégico da Educação
PRM	Polícia da República de Moçambique
SNE	Sistema Nacional de Educação
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences

Índice de tabelas

Tabela 1: Quantos anos de serviço tem como director(a)?.....	15
Tabela 2: A escola já alguma vez recebera verbas ou Fundo de Apoio Directo (ADE), provenientes do CMCM?.....	16
Tabela 3: Já alguma vez a escola terá recebido uma guia de admissão ou de transferência de algum trabalhador docente ou não docente, cujo documento tenha sido emitido ou proveniente do CMCM?.....	16
Tabela 4: A folha salarial é processada pelo CMCM?.....	17
Tabela 5: O Concelho Municipal da Cidade de Maputo desenvolve actividades na área de administração?.....	17
Tabela 6: O Concelho Municipal da Cidade de Maputo desenvolve actividades na área patrimonial?.....	17
Tabela 7: Alguma vez a escola passara por uma supervisão/fiscalização em que participaram peritos ou técnicos do CMCM?.....	18
Tabela 8: O Concelho Municipal da Cidade de Maputo desenvolve actividades de monitoria pedagógica?.....	19
Tabela 9: O CMCM terá financiado a construção de alguma infra-estrutura nesta escola?.....	19

Índice de quadro

Quadro 1: Breve característica das escolas onde ocorreu a pesquisa.....	14
--	----

Índice de gráfico

Gráfico 1: Representação gráfica sobre se o CMCM desenvolve actividades na área patrimonial.....	18
--	----

Resumo

O presente trabalho estuda a questão da *Municipalização da Educação em Moçambique (2009-2013)*. E tem por objectivo analisar o grau de cumprimento da Competências autónomas transferidas para o Concelho Municipal da Cidade de Maputo, no âmbito do Decreto 33/2006, de 30 de Agosto e do Acordo de Parceria celebrado em Julho de 2010.

Para o efeito, tomou-se alguns indicadores como por exemplo: (i). A alocação de verbas ou fundo de Apoio Directo às escolas pelo Concelho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM); (ii). O processamento da folha salarial do Ensino Primário (EP) pelo CMCM; e (iii). O número de funcionários e ou agentes cujo salário é pago pela entidade em estudo.

Para a concretização do objectivo, aplicou-se a técnica de análise documental, a técnica de entrevista como técnica-base e o questionário.

Da análise documental foi possível confirmar que as transferências de competências e de funções foram materializadas entre o MINED e o CMCM.

Das entrevistas realizadas nas escolas do distrito em estudo, uma outra realidade foi encontrada no campo.

Palavras-chave: Descentralização – Desconcentração, Delegação, Entrega e Autonomia.

ÍNDICE

CAPÍTULO I	1
1. Introdução	1
1.1. Relevância do estudo	1
1.2. Justificativa	1
1.3. Problema, objectivos e questões de investigação	2
1.3.1. Problema.....	2
1.3.1.1. Objectivo Geral.....	3
1.3.1.2. Objectivos específicos	3
1.3.2. Questões da investigação	3
1.3.3. Delimitação do tema.....	3
CAPÍTULO II	4
2. Breve retrospectiva histórica	4
2.1. O contextual Político-Legal e a Municipalização em Moçambique.....	4
2.2. Enquadramento da Municipalização da Educação em Moçambique	5
CAPÍTULO III.....	6
3. Revisão da Literatura.....	6
3.1. Quadro Conceptual	6
3.2. Quadro Teórico	7
3.3. Experiências de Municipalização da Educação em São Paulo e Portugal	7
3.3.1. Municipalização da Educação em São Paulo	7
3.3.2. Municipalização do Ensino em Portugal.....	9
3.4. Análise comparativa da Municipalização do Ensino entre o Estado de São Paulo e Portugal	10
CAPÍTULO IV	11
4. Procedimentos Metodológicos	11
4.1. Técnicas de amostragem.....	13
CAPÍTULO V	14
5. Apresentação, Interpretação e Análise dos Resultados	14
5.1. Descrição do Distrito Municipal Ka Mubukwana	14
CAPÍTULO VI	21
6.1. Conclusões e Recomendações	21
6.1.1. Conclusão.....	21
6.1.2. Recomendações.....	23

7. Referências Bibliográficas.....	24
APÊNDICES	27
Apêndice A.....	28
Guião de entrevistas aos Directores das Escolas.....	28
Apêndice B.....	33
Placa de obra	33
ANEXOS	35
Anexo 1	36
Acordo de Transferência de Funções e Competências do Sector da Educação e Cultura para a Autarquia Local de Maputo.....	36
Anexo 2	42
Acordo de Parceria entre o MINED e CMCM.....	42
Anexo 3	48
Decreto nº 46/2011, de 21 de Setembro	48

CAPÍTULO I

1. Introdução

O presente trabalho disserta sobre a municipalização da Educação em Moçambique.

O tema é *Municipalização da Educação em Moçambique (2009-2013): Estudo de Caso do Distrito Municipal Ka Mubukwana*.

Por conseguinte, intenta-se fazer uma análise das actividades do Concelho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM), concernente ao grau de cumprimento das competências transferidas, no âmbito do Decreto 33/2006, de 30 de Agosto e o Acordo de Parceria entre o CMCM e o Ministério da Educação (MINED).

1.1. Relevância do estudo

Esta pesquisa é relevante porque permite avaliar o estágio do cumprimento das atribuições de competências do CMCM, no período de 2009-2013, no que toca à educação.

Assim vai possibilitar comparar o que já foi ou não realizado e, desta forma permitirá fazer uma melhor projecção para o futuro do que ainda se deve fazer no que toca a autonomia do CMCM, no caso.

De um modo geral, tirada a amostra, o estudo vai oferecer subsídios relevantes sobre os estágios de (in)cumprimento das atribuições de competências do município na educação, tendo em conta que o número de autarquias no País tende a aumentar (já são 53 autarquias), e por conseguinte deve-se paralelamente fazer uma análise reflexiva, no que tange à municipalização do ensino, em Moçambique.

1.2. Justificativa

O presente estudo prende-se pela importância de se ter domínio das nossas acções sobre a educação no contexto da municipalização.

Assim sendo, justifica-se primeiro, por ser cidadão e residente neste Distrito, preocupar-me em participar na tomada de decisão sobre os destinos desta área jurisdicional.

Segundo por ser professor de profissão, pelo que pode haver necessidade de despertar nos estudantes o que é que está acontecendo no que toca às inovações ou mudanças na administração e ou gestão da educação primária no município.

Terceiro, porque actualmente, sendo adjunto técnico de Planificação e Estatística na Direcção Distrital de Educação e Cultura Ka Mubukwana, é preocupação ter domínio sobre a relação entre a educação e autarquia.

Quarto, por ter interesse sobre todos os aspectos que directa ou indirectamente possam alterar o percurso nacional político e afins. Incumbe-me ter domínio sobre Autonomia Local, e contribuir para a análise dessas atribuições, o processo e o progresso da municipalização do ensino primário, na autarquia de Maputo.

De um modo geral justifica-se pela necessidade de pesquisa, ensino e extensão.

1.3. Problema, objectivos e questões de investigação

1.3.1. Problema

“Descentralização” envolve uma tipologia diversa. Por exemplo, para alguns autores, descentralização pode significar delegação, isto é, transferência de *autoridade*, para outros, a transferência de *poderes de decisão autónomos*.

Por isso, tendo em conta o contexto de grau de cumprimento das competências transferidas, como: *a)* o número de escolas primárias que têm recebido capital financeiro, verbas ou fundo de Apoio Directo (ADE) pelo CMCM; *b)* A quantidade de escolas cuja folha salarial é processada pelo CMCM; e *c)* A determinação numérica de Funcionários e ou Agentes docentes e não docentes cujos salários são pagos pela autarquia. Estes três indicadores estabelecidos no Acordo de Parceria em virtude do Decreto 33/2006 de 30 de Agosto, ao abrigo do Artigo 7, da Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, que estabelece que *as autarquias locais gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial*, é importante aferir:

Será que se confirma que a autonomia administrativa, financeira e patrimonial está sendo materializada?

1.3.1.1. Objectivo Geral

- ✓ Analisar o grau de cumprimento das competências transferidas, no âmbito do Acordo de Parceria celebrado em Julho de 2010, fundado pelo Decreto 33/2006, de 30 de Agosto, com enfoque, no Distrito Municipal Ka Mubukwana.

1.3.1.2. Objectivos específicos

- ✓ Caracterizar o número de escolas primárias que têm recebido capital financeiro, verbas ou fundo de Apoio Directo (ADE), pelo CMCM;
- ✓ Descrever quantas escolas primárias cuja folha salarial é processada pelo CMCM;
- ✓ Descrever os Recursos Humanos nas escolas administradas pelo CMCM.

1.3.2. Questões da investigação

- a) Qual é o valor financeiro, verbas ou ADE que são alocados pelo CMCM às escolas primárias?
- b) Qual é o número de escolas cuja folha salarial é processada pelo CMCM?
- c) Qual é o número de Funcionários e ou Agentes docentes e não docentes cujos salários são pagos pelo CMCM?

1.3.3. Delimitação do tema

O presente estudo analisa, no campo, as actividades do CMCM, no período do quinquénio 2009-2013, concernente ao grau de cumprimento das competências transferidas (autonomia administrativa, financeira e patrimonial).

O seu ponto de partida, para além do Decreto 33/2006, é fundamentalmente o Acordo de Parceria celebrado em Julho de 2010.

Das actividades a analisar, constam os aspectos, como: *a)* o número de escolas primárias que têm recebido capital financeiro, verbas ou fundo de Apoio Directo (ADE) pelo CMCM; *b)* a quantidade de escolas cuja folha salarial é processada pelo CMCM; e *c)* a determinação numérica de Funcionários e ou Agentes docentes e não docentes cujos salários são pagos pela autarquia.

Logo, se vai fazer inferência se essas competências transferidas estão sendo materializadas pelo CMCM ou não.

CAPÍTULO II

2. Breve retrospectiva histórica

2.1. O contextual Político-Legal e a Municipalização em Moçambique

A criação da nova Constituição de 1990, criou abertura política, económica e na defesa da iniciativa individual, com a instituição de uma democracia política de liberdades fundamentais e a institucionalização de eleições livres e directas.

Tanto que, segundo Forquilha (2007) o processo de descentralização no país iniciou em princípios da década de 1990 com o programa de reformas dos Órgãos Locais. A operacionalização deste processo passou pela aprovação de um *quadro legal* {pode-se observar no parágrafo a seguir} que fez a redistribuição de funções, atribuições e competências entre os Órgãos da Administração Central e Local, considerando a extensão territorial do país, as diferenças sociais e culturais, as vocações e o potencial básico de cada região.

Na esteira do *quadro legal*, segundo Mazula (1998) Moçambique ganhou novo ímpeto em 1994, com a aprovação da Lei nº 3/94 de 13 de Setembro que criava os Distritos Municipais, entidades de população e território, dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Então, nas vésperas das primeiras eleições legislativas e presidenciais, é aprovada a Lei acima, estabelecendo o *Quadro Institucional dos Distritos Municipais*, e criando distritos municipais urbanos e rurais.

Porém, a Lei acima, fora revogada pela Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro de 1997. Segundo o nº. 1, do Artigo 7 desta Lei "*as autarquias locais gozam de **autonomia** administrativa, financeira e patrimonial*".

Introduzidas as modificações no que diz respeito ao poder local que resultou na aprovação em 1997 do *pacote* autárquico que culminou com a realização das primeiras eleições autárquicas em 1998. Em Dezembro de 2003 ocorrem as segundas eleições autárquicas. No ano de 2008 as terceiras e em 2013 as quartas eleições.

Neste novo paradigma, assiste-se o poder local, isto é, a existência de autarquias locais, visto que quinquenalmente ocorrem eleições autárquicas para legitimar o poder local.

2.2. Enquadramento da Municipalização da Educação em Moçambique

Na esteira de municipalização do ensino, e no tocante às áreas de competências transferidas para a Autarquia, desde o início de 1997 (aprovada a Lei nº 2/97), só em 2006 (9 anos depois), o Conselho de Ministros aprova o *Decreto 33/2006, de 30 de Agosto* - instrumento de operacionalização.

Com o Artigo 5, deste Decreto, dá-se a *concretização da transferência do Acordo de Transferência de Funções e Competências¹ do Sector da Educação e Cultura para a Autarquia Local de Maputo* (vide anexo 1). Pelo artigo 11, na Cláusula Primeira do Acordo de transferência, estão reguladas as competências transferidas e funções que se referem.

Na esteira de transferência, o *Acordo de Parceria*, entre o Ministério da Educação e Cultura (MINED) e o CMCM, concretiza-se em 2010, com a sua aprovação a 30 de Julho de 2010. Segundo o Acordo, os pressupostos das transferências, entrariam imediatamente em vigor após a sua assinatura (para mais detalhes, vide anexo 2).

Com a concretização da Transferência, está patente na *Cláusula Segunda* as Obrigações do Primeiro Outorgante o MINED e na *Cláusula Terceira* as Obrigações do Segundo Outorgante o CMCM.

Por necessidade, o *Decreto nº 46/2011, de 21 de Setembro*, derroga o Decreto 33/2006, de 30 de Agosto, onde decreta, pelo Artigo 1 a alteração da redacção dos artigos 5. 15 e 16 (vide anexo 3).

¹Pelo artigo 5, nº 2 A transferência de funções e competências dos órgãos do Estado para as autarquias locais deve operar-se de forma gradual, de modo a permitir a criação e consolidação dos necessários requisitos de capacitação técnica, humana e financeira dos órgãos autárquico (Legislação sobre Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, 2012: 142-143). Porém, antes da concretização, pelo artigo 4, no nº 1. a autarquia local deve indicar as suas capacidades e competências a serem transferidas (idem).

CAPÍTULO III

3. Revisão da Literatura

3.1. Quadro Conceptual

O ponto de partida é a **descentralização**², e suas tipologias, por exemplo:

(i). *Desconcentração*, segundo Hanson apud Lemmer (2006:116), “implica a transferência de determinadas tarefas e trabalhos, mas não de autoridade, para outras unidades numa organização”.

(ii). *Delegação* é “a transferência de autoridade de tomada de decisão de unidades hierárquicas mais elevadas para as unidades mais baixas, mas essa autoridade pode ser retirada segundo a vontade da unidade delegante” (idem).

(iii). Na *Entrega*, a unidade pode actuar de forma independente, sem primeiro precisar de pedir autorização (idem).

Mas o foco principal é a autonomia, porque o estudo debruça-se sobre o cumprimento das transferências de competências para a autarquia, transferências essas estabelecidas pelo Decreto 33/2006 à luz da Lei 2/97 onde as autarquias locais gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Na esteira de **autonomia**, neste estudo é entendida como é sustentado por Silva (2006: 20; *itálico nosso*), que significa, no étimo grego, “capacidade de se governar ou de se gerir pelos *seus próprios meios*: vontade própria; estado de vontade racional que apenas *obedece à lei que emana de si mesma*”. É um conceito que não diz respeito a uma delegação, desconcentração ou entregado poder central para o poder local ou regional, nem a uma concessão política.

Pelo postulado, a Autonomia, ocupa o maior destaque no que toca à Descentralização plena entre os órgãos centrais e locais, isso porquê? Porque pode actuar por vontade própria ou de modo independente para decidir sobre as tarefas, os trabalhos,

²“É a situação em que se verifica um elevado grau de *delegação da autoridade* pelos gestores de nível superior aos gestores de nível inferior” (Teixeira, 1998, p. 89; *itálico nosso*). Mas para Silva (2006), a descentralização consiste no processo de transferência de competências do Estado para entidades independentes do Estado e com poderes de decisão autónomos, designadamente as autarquias locais.

isto é, goza de autoridade local/municipal sem em nenhum momento ter de consultar os gestores de nível superior, se tivermos em conta o conceito acima de autonomia neste estudo.

Na esteira de descentralização administrativa, financeira e patrimonial para as autarquias locais, certamente, num *quadro primário* advém pela necessidade de responder a dinâmica da valoração de uma concepção dos valores locais feita pelas *redes sociais* locais, uma vez que elas têm as suas próprias dinâmicas provenientes das especificidades locais de “determinados problemas colocados pela realidade” (Gramsci, 2004: 95). E, num *quadro secundário*, deriva do incremento dos ideários das políticas neoliberais. Daí, entende-se, de um ou de outro modo, o surgimento das Autarquias Locais³.

3.2. Quadro Teórico

3.3. Experiências de Municipalização da Educação em São Paulo e Portugal

A justificação da escolha do estudo desses dois casos prende-se, primeiro por factores históricos linguísticos, isto é, a partilha do mesmo idioma. Segundo, porque estes dois casos já vêm exercendo a autonomia local desde o século XX. E finalmente, por ser pretensão retirar uma pequena amostra sobre a municipalização do ensino de continentes diferentes.

3.3.1. Municipalização da Educação em São Paulo

Segundo Bueno referenciada em Martins (2004: 178; itálico nosso) “as reformas educacionais, durante as décadas de 1970 e 1980, enfatizaram a descentralização das políticas educativas e o *incremento da autonomia*” tanto que se criou uma política educacional “que transferiu os professores, alunos, prédios escolares para os municípios” (Martins, 2003:172).

³São uma forma de governo que actua com uma *relativa independência* do poder do Estado central e com órgãos próprios que desenvolvem as suas actividades a bem dos interesses das populações residentes na sua área de acção, mas sem prejudicar os interesses de toda a Nação, nem a participação do Estado” (Alves e Cossa, 1997: 3; itálico nosso).

Neste Estado, a transferência de competências ligadas a modernização administrativa para as autarquias locais, no tocante ao ensino e mudanças operacionais, somente foram transferidas:

- escolas;
- professores;
- alunos.

Porém, "*está a transferência de escolas, professores e alunos de 1ª a 4ª série aos municípios, isto desde da metade dos anos de 1990*" (idem; itálico nosso).

A cobertura do ensino fundamental havia sido feita pelo setor público, mas logo depois de 1998, com o processo de municipalização, os municípios passaram a oferecer o ensino fundamental (Martins, 2003:166). O que contrariamente ao esperado destacava-se mais a participação da Secretaria Estadual da Educação, responsável por 79% das matrículas, isso em 1995. Com a redefinição de competências entre as esferas de governo, os municípios passam a assumir a responsabilidade pelas matrículas de 1ª a 4ª série, saltando de 12% para 44%, de 1996 a 2001, e a rede estadual caía de 77% para 44% (ibidem:228).

Em termos contábeis, Carbonari referenciado em Martins (2004:211), esclarece que não é possível falar em municipalização sem tocar na questão do financiamento da educação (...) e da participação popular na gestão pública. Tanto que, em relação aos impostos o governo federal e os estaduais deveriam investir 20% dos recursos em educação e, os municípios deveriam investir 10% (idem).

Pelo postulado, o termo autonomia vem sendo usado excessivamente, porque autonomia, significa “capacidade de se governar ou de se gerir pelos seus próprios meios. Mas em plenitude do que se pôde retirar como síntese do lido sobre descentralização em São Paulo, é que em verdade materializada, é de outro tipo de descentralização que emana, menos de autonomia.

O poder central continua sendo o maior e principal financiador, e o município com menor percentagem no que toca ao financiamento à educação, embora gradualmente os municípios vêm assumindo a responsabilidade pelas matrículas e outros tipos de competências que lhes foram transferidas pelo Governo Central. Portanto, em consciência plena, quem é potentado em capital financeiro, interfere e ou até, na maioria dos momentos decide sobre os destinos locais ou autárquicos e afins.

3.3.2. Municipalização do Ensino em Portugal

As competências e funções transferidas para as autarquias em Portugal, abrangem os seguintes aspectos ou áreas:

- *Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar;*
- *Construir, apetrechar e manter as escolas do ensino básico;*
- *Elaborar a carta escolar a integrar nos planos directores municipais;*
- *Criar os conselhos locais de educação;*
- *Assegurar os transportes escolares;*
- *Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;*
- *Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e do ensino básico;*
- *Comparticipar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar;*
- *Apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;*
- *Participar no apoio à educação extra-escolar;*
- *E gerir o pessoal docente e não docente de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico (Pinhal e Viseu, 2001:3; itálico nosso).*

Mas, Silva (2006; itálico nosso) fala de *descentralização selectiva*, que se limita à construção e manutenção dos edifícios escolares, à gestão do transporte dos alunos e da

acção social escolar, ao nível do 1º ciclo e educação pré-escolar (o poder central mantém a tutela sob o pessoal docente e não docente, a regulamentação do ensino e continua a ser o seu principal financiador).

Pelo postulado, estão patentes quais as competências transferidas, mas como se pode depreender Silva (2006) fala-nos de descentralização selectiva e em nenhum momento a autonomia plena chega a se realizar, porque o poder central mantém a tutela do pessoal docente e não docente, e continua a ser o seu principal financiador.

3.4. Análise comparativa da Municipalização do Ensino entre o Estado de São Paulo e Portugal

Uma análise comparativa entre o Estado de São Paulo e Portugal, mostra que existem *aspectos comuns*:

- (i). A transferência dos professores, alunos, prédios escolares para os municípios.
- (ii). O poder central é principal financiador no que tange ao financiamento do sector da educação nos municípios e as autarquias entram como elementos secundárias no financiamento.

No que toca a *aspectos diferenciadores*, existe os seguintes exemplos: no caso de Portugal, teoricamente já em 2001, as transferências já estão estabelecidas, tendo em conta (Pinhal e Viseu, 2001), mas em prática, segundo Silva (2006), o pessoal docente e não docente está sob tutela do poder central. No caso de São Paulo, está a tutela dos professores para o município. Ainda, em relação aos impostos o governo federal e os estaduais deveriam investir 20% dos recursos em educação e, os municípios deveriam investir 10%. O que no outro caso já não se estabelece quanto é que o município deve investir, das suas receitas de imposto.

Portanto, tendo em conta a concepção de *autonomia* expressa em Silva (2006, p. 20; itálico nosso) um Município/autarquia seria um Estado dentro de um Estado, o que não é: como diz esta autora, *que significa, no étimo grego, “capacidade de se governar ou de se gerir pelos seus próprios meios: vontade própria; estado de vontade racional que apenas obedece à lei que emana de si mesma”*.

CAPÍTULO IV

4. Procedimentos Metodológicos

Com vista a alcançar os objectivos do presente estudo, a pesquisa realizada seguiu o **paradigma qualitativo**. Segundo Deslauries (1997) citado por Guerra (2006:11), este paradigma “designa uma *variedade de técnicas interpretativas* (...), sem dar atenção à sua frequência mas ao seu significado”.

As técnicas de recolha de dados usados, são: análise documental e entrevista semi-estruturada.

Foram analisados os seguintes documentos:

- (i). o Decreto 33/2006, de 30 de Agosto – Acordo de Transferência de Funções e Competências do Sector da Educação e Cultura para a Autarquia Local de Maputo;
- (ii). o Acordo de Parceria entre o Ministério da Educação e o Concelho Municipal,
- (iii). e a *Placa de Obra*⁴ da construção da Escola Primária Unidade 30.

O primeiro documento tem dados sobre que transferências e funções que foram passadas ao CMCM pelo MINED. O segundo, possui informações sobre as obrigações do MINED e CMCM, primeiro e segundo outorgante nos termos daquele documento, e quando é que entra em vigor o acordado.

Outra técnica usada foi a *Entrevista Semi-Estruturada*⁵, aplicada aos entrevistados das escolas primárias seleccionadas do Distrito.

O recurso a duas técnicas de recolha de dados supera as desvantagens do Questionário, que são:

⁴Segundo Laville e Dionne (1999; itálico nosso) existe *documento de forma inabitual*. Um documento pode ser algo mais do que um pergaminho poeirento: o termo designa toda fonte de informações já existente. Pensa-se, é claro nos documentos impressos. Entre fontes impressas, distinguem-se vários tipos de documentos, desde as *publicações de organismos* que definem orientações, enunciam políticas, expõem projectos, prestam conta de realizações e outros escritos (idem).

⁵A opção está relacionada com o nível de diretividade que o pesquisador pretende seguir, variando desde a entrevista e deixa o entrevistado livre para discorrer sobre o mesmo, fazendo apenas interferências pontuais” (Fraser & Gondim, 2004:144).

“Impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas;

Não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra” (Gil, 1999:129).

A escolha dos entrevistados obedeceu os seguintes critérios:

- a) Estes deviam pertencer às escolas primárias do Distrito Municipal Ka Mubukwana;
- b) Deviam ser, quanto ao seu perfil, *líderes escolares*, isto é, director(a);
- c) Deviam no mínimo, ter 5 anos como dirigentes nas respectivas escolas;

Em jeito de procedimentos, seguiu-se o seguinte:

- a) Informou-se-lhes sobre o tema e os objectivos do trabalho;
- b) Explicou-se-lhes a importância deles para o estudo;
- c) Assegurou-se-lhes a confidencialidade e a utilização do estudo exclusivamente para fins meramente académicos (para mais detalhes, vide apêndice A).

Os dados das entrevistas foram codificadas e usadas no SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) para obter estatística descritiva e obter as frequências das respostas.

Cada escola é um número que está no intervalo de 1-14, fora a EPC Unidade 30. Codificadas as respostas dicotómicas, **1** significa **SIM** e **2** refere-se ao **NÃO**.

Exactamente porque "toda a técnica de pesquisa tem alcances e limites demarcados" (Gott e Duggan, 1995 apud Leite, 2000:141), e, embora cada técnica tenha ocorrido de modo independente e em momentos diferentes, fez-se a união delas, para superar os limites e obter os alcances de cada uma das técnicas. A *triangulação de técnicas* permite a realização do “*desocultamento* da essência” (Paulo Moura, 2013:190) e compreender como é que os fenómenos ocorrem.

4.1. Técnicas de amostragem

A *Técnica da Amostragem é Probabilística-pelo método da lotaria*, pois ela consiste em atribuir a cada unidade do universo de **23 escolas** um número. Cada número escreve-se num pedaço de papel, todos eles idênticos em tamanho, cor, forma. Para a escolha da amostra procedeu-se da seguinte forma:

Retirou-se a amostra de **14 escolas**, onde as chances dos membros da população de serem escolhidas para a amostra são conhecidas, onde todos têm mesmas possibilidades de serem inclusas na amostra. Por conseguinte, as escolas primárias do Distrito Ka Mubukwana, ser ou não inclusas na amostra, é apenas uma questão de chance.

Mas a Escola Primária Completa (EPC) Unidade 30 é a única que não faz parte do método de lotaria, mas sim amostragem por conveniência, Não-Probabilística.

A inclusão desta escola prende-se pelo facto de na *placa de obra* de construção constarem dados importantíssimos para amostra, porque vem confirmar a materialização ou não do cumprimento do preceituado no Decreto em estudo, no que toca à identidade da entidade que manda construí-la, sendo esta prerrogativa da autarquia local e é também quem lança o concurso.

Como pode-se depreender, neste estudo temos duas (2) amostras, probabilística e não-probabilística.

CAPÍTULO V

5. Apresentação, Interpretação e Análise dos Resultados

Neste capítulo ir-se-á proceder à apresentação, interpretação, análise e discussão dos dados.

5.1. Descrição do Distrito Municipal Ka Mubukwana

O Distrito municipal Ka Mubukwana está situado na Cidade de Maputo. O Distrito, possui 23 escolas primárias completas (EPC)públicas.

Quadro 1: Breve característica das escolas onde ocorreu a pesquisa

Escolas	n° de Docentes	n° de não Docentes	Efectivo escolar	n° de turnos	n° de turmas	n° de salas
EPC Luís Cabral	39	7	1764	3	40	15
EPC Unidade 6	48	11	1995	3	45	15
EPC de Bagamoio	46	9	2209	3	45	15
EPC Bagamoio- Maputo	42	10	2314	3	45	15
EPC de Magoanine	84	17	5584	3	81	27
EPC 10 de Janeiro	43	16	3043	3	36	12
EPC M. de Mbuzine	40	14	2733	3	42	14
EPC Artur Canana	53	8	3445	3	54	19
EPC 19 de Outubro	45	10	3685	3	45	15
EPC Inhagóia B	36	9	700	3	36	12
EPC Unidade 2	28	19	2650	2	52	21
EPC 25 de Junho/R4	22	10	846	2	20	10
EPC Unidade 5	26	4	1200	3	24	8
EPC Wiryamu	53	19	2928	3	48	16
EPC Unidade 30	43	15	2188	3	12	22

Deacordo com o Decreto 33/2006, de 30 de Agosto, há transferência de competências e funções para a autarquia, como *a criação, apetrechamento e administração das escolas do ensino primário (...); a abertura de concursos para a construção de escolas primárias e centros internatos; a gestão do pessoal administrativo das escolas do ensino primário e centros internatos*, etc (mais detalhes vide anexo 1).

Neste acordo, no nº 4 indica que são transferidos para a autarquia 150 escolas primárias, das quais 104 públicas e 46 privadas.

No nº 5 do mesmo Acordo - “os Recursos Humanos a transferir para a autarquia, consta um efectivo de 5790 funcionários, dos quais 4528 docentes e 1262 não docentes”.

Do total de 104, retirou-se 23 escolas primárias públicas deste distrito correspondente a 22%. Dos efectivos acima transferidos, onde decorreu a pesquisa nas escolas primárias de Ka Mubukwana, perfaz um total de 605 professores, o que corresponde a 13% e 163 não professores, correspondente a 13%.

Outrossim, no nº 6 do Acordo, transfere-se para a autarquia, verbas da Direcção de Educação e Cultura da Cidade de Maputo (DECCM) para o exercício económico de 2010, verbas estas para o funcionamento, desenvolvimento e implementação das transferências, nos mesmos termos em que se beneficiava anteriormente. Refere ainda, no nº 7, que as folhas de salários do pessoal transferido, continuariam a ser processados na DECCM, até 31 de Dezembro de 2012.

No âmbito das transferências de competências, concretamente sobre as construções onde a entidade que lança a abertura de concurso deve ser a autarquia, analisando a placa de obra na EPC Unidade 30 (vide apêndice B), nota-se que o *dono da obra* e os fiscalizadores são provenientes da DECCM e não do CMCM, o que é um facto contrário ao preceituado na alínea *b*) do artigo 11, do Decreto 33/2006.

Da **técnica de entrevista** dirigida aos 14 directores obteve-se o seguinte:

Tabela 1: *Quantos anos de serviço tem como director(a) nesta escola?*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Mais de 5 anos	11	78.6	78.6	78.6
Valid Pelomenos 5 anos	3	21.4	21.4	100.0
Total	14	100.0	100.0	

Fonte: Elaborado pelo autor

Ante a tabela acima, 11 líderes escolares ascenderam ao cargo a mais de cinco (5) anos, logo têm experiência para responder o que realmente vem acontecendo. Em relação aos outros 3 líderes, estes últimos têm o tempo suficiente relativamente a relevância para

responder as questões sobre o tema, no que toca à relação entre as escolas e o CMCM, isto é, relativamente as inovações ou mudanças sobre as actividades que acontecem na relação entre a municipalização e o ensino primário. Então 78.6% dos *líderes escolares* possuem informações sobre as materializações contra 21.4%.

Tabela 2: *Número de directores que tenham recebido verbas ou Fundo de Apoio Directo (ADE), provenientes do CMCM?*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 2.00	14	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaborado pelo autor

Os catorze (14) directores responderam que não recebem verbas pelas ‘mãos’ do CMCM.

Neste sentido, pode-se concluir que há incumprimento por parte do CMCM, porque as transferências das verbas entraram para o exercício económico de 2010, excepto se ainda não tiverem sido desembolsados pelo MINED.

Tabela 3: *Recepção de guia de admissão ou de transferência de algum trabalhador docente ou não docente, cujo documento tenha sido emitido ou proveniente do Concelho Municipal?*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 2.00	14	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaborado pelo autor

A resposta é 100% negativa, isto é, ainda não receberam nenhum documento administrativo relacionado que tenha sido emitido pelo CMCM, o que é um facto de incumprimento no que toca a auto-gestão de algum pessoal docente e ou não docente das escolas do ensino primário, segundo a alínea c) do artigo 11, do Decreto.

Tabela 4: *A folha salarial é processada pelo CMCM?*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 2.00	14	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaborado pelo autor

Os catorze (14), directores responderam que a folha salarial não é processado pelo CMCM.

Segundo o acordado, as folhas de salários do pessoal transferido continuariam a ser processadas na DECCM, até 31 de Dezembro de 2012, mas até ao término deste estudo nada relacionado havia acontecido, segundo a inferência.

Tabela 5: *Actividades na área de Administração*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 2.00	14	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaborado pelo autor

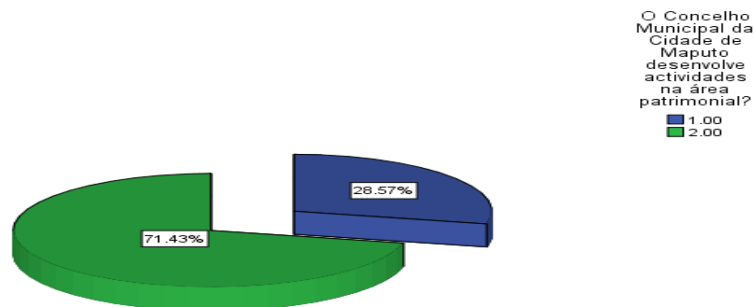
Os 14 líderes escolares responderam que não desenvolvem actividades de administração.

Tabela 6: *Actividades na área patrimonial?*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1.00	4	28.6	28.6	28.6
Valid 2.00	10	71.4	71.4	100.0
Total	14	100.0	100.0	

Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 1: Representação gráfica sobre se o CMCM desenvolve actividades na área patrimonial



Como pode se observar, 71.43% responderam que não e 28.57% responderam que sim, já haviam desenvolvido actividades do género, por parte do CMCM.

Como um dos exemplos: duas escolas, beneficiaram-se de 338 carteiras, 17 secretárias e o respectivo número de carteiras, cada. Mas, 10 escolas responderam que não, o CMCM não desenvolve actividades do género.

Tabela 7: *Supervisão/fiscalização em que participaram peritos ou técnicos do Concelho Municipal*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1.00	5	35.7	35.7	35.7
Valid 2.00	9	64.3	64.3	100.0
Total	14	100.0	100.0	

Fonte: Elaborado pelo autor

Como se pode depreender, do total de 14 escolas, 5 responderam ter passado por fiscalização contrariamente a outros 9 que responderam não, o que corresponde a 35.7% e 64.3% respectivamente.

Tabela 8: *O Concelho Municipal da Cidade de Maputo desenvolve actividades de monitoria pedagógica?*

	Frequency	Percent	Valid percent	Cumulative Percent
Valid 1.00	14	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaborado pelo autor

Observando a tabela, a frequência é de 100% positiva, isto é, o CMCM faz monitoria pedagógica, tanto que dessa forma é possível participar na definição do *Curriculum* local (avaliando o que se vem fazendo para projectar o que se deve melhorar ou incrementar), segundo a alínea f) do Artigo 11, do Decreto em estudo.

Tabela 9: *O Concelho Municipal terá financiado a construção de alguma infra-estrutura nesta escola?*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1.00	4	28.6	28.6	28.6
Valid 2.00	10	71.4	71.4	100.0
Total	14	100.0	100.0	

Fonte: Elaborado pelo autor

Do total de 14 escolas, 10 responderam que não (71.4%), mas 4 responderam que sim (28.6%). Como alguns exemplos, numa escola, o CMCM financiou a construção parcial – colocação de candeeiros de iluminação e reposição da cobertura do tecto. Noutra escola, o Concelho financiou a construção de um campo polivalente.

Em outra escola, na óptica do *líder escolar*, construíram 8 salas de aula, em que a primeira pedra foi lançada pelo presidente da autarquia, mas o financiamento foi do MINED. Portanto, aqui estamos diante de uma situação de um acto de simbolismo (o presidente da autarquia lança a pedra) e em contrapartida o financiamento provém de uma outra entidade - a DECCM. É uma acção de incumprimento porque as verbas já deveriam ter sido alocadas para o CMCM para exercício económico de 2010, assim doravante.

Fica claro que estamos aqui perante um *quadro* diante de uma situação de Desconcentração, que segundo Hanson apud Lemmer (2006:116) sustenta que "é a forma mais simples de descentralização, que implica a transferência de determinadas tarefas e trabalhos, mas não de autoridade, para outras unidades numa organização".

Se assim ocorre, a Autarquia não goza de plenos poderes de autonomia que significa, "*capacidade de se governar ou de se gerir pelos seus próprios meios*: vontade própria; estado de vontade racional que apenas obedece à lei que emana de si mesma" (Silva, 2006:20; *itálico nosso*).

CAPÍTULO VI

6.1. Conclusões e Recomendações

6.1.1. Conclusão

Em face das aferências das *‘premissas’* dos capítulos anteriores, estes que debruçam-se sobre o grau de cumprimento das competências atribuídas ao CMCM, da análise documental do Decreto 33/2006, de 30 de Agosto, está claro que quanto: (i). *A alocação de verbas ou ADE às escolas pelo Concelho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM)*; (ii). *O processamento da folha salarial do Ensino Primário (EP) pelo CMCM*; e (iii). *O número de funcionários e ou agentes cujo salário é pago pela entidade em estudo*, a conclusão a que se chegou, da primeira amostra, é que foram realmente transferidas para a autarquia de Maputo.

Mas, das entrevistas realizadas nas escolas primárias deste distrito, conclui-se que:

- a) Das 14 escolas, nenhuma terá recebido algum financiamento, verbas ou ADE pelas ‘mãos’ desta autarquia, o que equivale a 100% de não.
- b) Das 14 escolas (100%), não existe pelo menos uma, cuja folha salarial seja processada pelo CMCM;
- c) Do total de 14 escolas, não há nenhum docente ou não docente em que os salários são pagos pelo Município da Cidade de Maputo, isto é, 100% de que os salários ainda não são pagos pela autarquia.

Nesta perspectiva, em uma análise “matemática” sobre o comportamento dos indicadores acima, o grau de cumprimento das transferências de competências e de funções, o CMCM ainda não goza de autonomia.

Outros dados também não menos importantes, são as actividades realizadas na área patrimonial. Do total de 14 escolas, 28.6% responderam que sim, o CMCM tem realizadas actividades nessa área. Mas 71.4% responderam que não, nunca fizeram-na.

E, sobre a participação de peritos/técnicos do CMCM na supervisão ou fiscalização, do total de 14 escolas, 35.7% responderam que sim, já lá estiveram, mas 64.3% responderam que nunca vieram técnicos provenientes do CMCM.

Portanto, pela frequência percentual, ainda é muito baixo a participação do poder local, no mínimo que o resultado chegasse a 50%, seria o ideal.

O satisfatório tem que ver com a monitoria pedagógica (leitura e escrita) realizada pelo CMCM. Do total de 14 escolas, 100% responderam que sim, a autarquia fá-la. Certamente visa determinar um fim, que seria, no entender deste estudo, estando a projectar algo ligado a participação no melhoramento do *Curriculum* local.

Da segunda amostra, tem que ver com a placa de obra da EPC Unidade 30. Pois esta, vem confirmar que quanto ao dono da obra e a entidade que lançou o concurso de construção, ainda é a DECCM e não o CMCM, o que contraria com o preceituado no Decreto.

Logo, aqui a autonomia autárquica ainda está num estágio, digamos que nulo.

De um modo geral, pelas aferências das duas amostras: probalísticas e não-probalística vai significar que a autarquia ainda não goza de autonomia administrativa, financeira, considerando a frequência das respostas não positivas.

A bem dizer, vale ressaltar que o factor determinante é as verbas. Devem ser transferidas, porque essa é a condição *sine qua non* trazida no Decreto 33/2006, 30 de Agosto e no Acordo de Parceria celebrado em Julho de 2010 para que a **autonomia**, que se digue **relativa**, se materialize.

6.1.2. Recomendações

Recomenda-se que se cumpra com o preceituado no Decreto e no Acordo de Parceria, isto é:

- a) O capital financeiro, verbas ou ADE sejam entregues às escolas primárias pela autarquia.
- b) O processamento da folha salarial seja processado pelo município.
- c) Que os professores e não professores transferidos, os seus salários sejam pagos pelo CMCM.

Como se pode depreender, ainda existem etapas a observar para que se possa atingir o preconizado no Decreto 33/2006 de 30 de Agosto e o Acordo de Parceria de Julho de 2010, no tocante a **autonomia relativa** do CMCM perante às escolas primárias.

7. Referências Bibliográficas

- ALVES, Armando e COSSA, Benedito. *Guião das Autarquias Locais*. Ministério da Administração Estatal. Editor: dr. José Guambe & Dr. Bernhard Weimer. Imprensa Universitária – UEM. Maputo. 1997.
- FORQUILHA, Salvador Cadete. Remendo Novo em Pano Velho: *O Impacto das Reformas de Descentralização Local em Moçambique*: Maputo, 2007.
- FRASER, Márcia e GONDIM, Sônia (2004). *Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na Pesquisa Qualitativa*. Paidéia, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/>. Data de Acesso: 30 de Maio de 2014. 11h:33min.
- GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª edição. São Paulo: Atlas. 1999.
- GUERRA, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípia Editora.
- GRAMSCI, António. *Cadernos do Cárcere*. “Introdução à História da Filosofia. A Filosofia de BenedettoGrocce”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004. Vol. 1.
- LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Editora Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1999.
- LEMMER (2006), *Educação Contemporânea: questões e tendências globais*, 1º Edição; Texto editora.
- LEITE, Laurinda (2000). *O trabalho laboratorial e a avaliação das aprendizagens dos alunos*. In Sequeira, M. et all. (org.). *Trabalho prático e experimental na educação em ciências*. Braga: Universidade do Minho. Disponível em: www.educadores.adiaadia.pr.gov.br. Data de acesso: 3 de Junho de 2014. 12h:41min.
- MARTINS, Angela (2003). *Uma análise da municipalização do ensino do Estado de São Paulo*. Cadernos de Pesquisa, número 120. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n120/a12n120.pdf>. Data: 28/10/2013. 19h:05 minutos.
- MARTINS, Angela, OLIVEIRA, Cleiton, BUENO, Maria (org.). *Descentralização do Estado municipalização do ensino: problemas e perspectivas*. DP&A editora. Rio de Janeiro. 2004.

MAZULA, A. “Quadro institucional dos distritos municipais - apresentação” in Mazula, A. Et alia. *Autarquias Locais em Moçambique. Antecedentes e Regime Jurídico*. Lisboa – Maputo. 1998.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE)

_____*Legislação sobre Organização e Funcionamento das Autarquias Locais*. 2012.

_____*Legislação sobre Gestão Financeira e Patrimonial das Autarquias Locais*. 2011.

MOURA, Paulo, SILVA, André, SOUZA, Diogo e DEL PINO, José (2013). *Contribuições à Educação Técnico-Científico em Heisenberg e Heidegger*. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 20. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br>. Data de Acesso: 31 de Maio de 2014. 13h:25min.

PINHAL, João & VISEU, Sofia (2001). *A intervenção dos municípios na gestão do sistema educativo local: competências associadas ao novo regime de autonomia, administração e gestão*. Centro de Estudos da Escola - Universidade de Lisboa. Sistema integrado de bibliotecas repositório. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7150/1/relatorio_6.pdf. Data de acesso: 29/11/2013. 12 horas:33 minutos.

SILVA, Isabel Marina (2006). *A autarquia como promotora da Política Educativa Local: O caso de um Município*. Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional. Universidade Aberta. Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/649>. Data de acesso: 29/11/2013. 16horas:00minutos.

TEIXEIRA, Sebastião, *Gestão das Organizações*. Editora McGraw-Hill; Portugal. 1998.

LEGISLAÇÃO

- ✓ Constituição da República de Moçambique 2004. Imprensa Nacional de Moçambique. Maputo. Edição 2008.
- **Lei 4/83, de 23 de Março de 1983** (Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação).

- **Lei 6/92, de 6 de Maio 1992**, que altera o Sistema Nacional de Educação reajustando as disposições nela contida.
- **Lei n.º. 2/97, de 18 de Fevereiro**, que cria o quadro jurídico-legal para a implementação das autarquias locais, ao abrigo do n.º. 1 do artigo 135 da Constituição.

APÊNDICES

Apêndice A

Guião de entrevistas aos Directores das Escolas

Guião de entrevistas aos Directores das Escolas

PREÂMBULO

No âmbito de procurar responder aos objectivos apresentados no trabalho monográfico, este guião de entrevista científica não fugirá a regra. Por conseguinte, neste enunciado assegurar-se-á a questão da *legitimação da entrevista*. E, para além de informar ao entrevistado sobre as *finalidades da investigação*, precaver-se-á os aspectos fundamentais de um guião de entrevista.

Salientar que, os resultados deste estudo servirão para melhor entendimento sobre a municipalização do ensino primário, em Moçambique.

Formulário de Questões

Blocos	Tópicos	Questões
Bloco Implementação da aferição da integração do Concelho Municipal na gestão escolar	Descrição geral da integração do Concelho Municipal na gestão escolar	<p>Questão 1: Quantos anos de serviço tem como director(a)?</p> <p>A: Mais de 5 anos:_____</p> <p>B: Pelo menos 5 anos:_____</p> <p>Questão 2: A escola já alguma vez recebera verbas ou Fundo de Apoio Directo (ADE), provenientes do Concelho Municipal da Cidade de Maputo?</p> <p>SIM:_____</p> <p>NÃO:_____ Outros comentários_____</p> <p>Questão 3: Já alguma vez a escola terá recebido uma guia de admissão ou de transferência de algum trabalhador docente ou não docente, cujo documento tenha sido emitido ou proveniente do Concelho Municipal da Cidade de Maputo?</p> <p>SIM:_____</p> <p>NÃO:_____ Outros comentários_____</p> <p>Questão 4: A folha salarial é processada pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo ou pela Direcção de Educação e Cultura da Cidade de Maputo?</p> <p>SIM:_____</p> <p>NÃO:_____ Outros comentários_____</p> <p>Questão 5: O Concelho Municipal da Cidade de Maputo desenvolve actividades de Administração?</p> <p>SIM:_____</p>
	Recolher informação pertinente para o entrevistado, não prevista nas questões	

	apresentadas	NÃO:_____ Outros comentários_____ Questão 6: O Concelho Municipal da Cidade de Maputo desenvolve actividades na área patrimonial? SIM:_____ NÃO:_____ Outros comentários_____ Questão 7: Alguma vez a escola passara por uma supervisão/fiscalização (quer administrativo, quer financeiro, quer patrimonial) em que participaram peritos ou técnicos do Concelho Municipal da Cidade de Maputo? SIM:_____ NÃO:_____ Outros comentários_____ Questão 8: O Concelho Municipal da Cidade de Maputo desenvolve actividades de monitoria pedagógica? SIM:_____ NÃO:_____ Outros comentários_____ Questão 9: O Concelho Municipal da Cidade de Maputo terá financiado a construção de alguma infra-estrutura nesta escola? SIM:_____ NÃO:_____ Questão 10: Provimento (abastecimento) do livro escolar de distribuição gratuita é garantido pelo CMCM ? Questão 11: Antes de finalizar a entrevista, adoraria que se pronuncie se desejar, acrescentar alguma informação que considere
	Recolher informação pertinente para o	

Encerramento da entrevista	entrevistado, não prevista nas questões apresentadas	significativa e que não tenha sido referida? Outros comentários: _____ Agradecer a disponibilidade
----------------------------	--	--

Apêndice B

Placa de obra

Registo iconográfico 1: Placa de Obra da Escola Primária Completa Unidade 30 (Distrito Municipal Ka Mubukwana).



Fonte: Fotografia tirada pelo autor.

Registo iconográfico 2: Placa de Obra de *Modelo de* corresponsabilidade - Estado e o CMCM.



Fonte: Imagem tirada pelo autor.

ANEXOS

Anexo 1

Acordo de Transferência de Funções e Competências do Sector da Educação e Cultura para a Autarquia Local de Maputo



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

GOVERNO DA CIDADE DE MAPUTO

ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS DO SECTOR DA EDUCAÇÃO E CULTURA PARA A AUTARQUIA LOCAL DE MAPUTO

Entre o Estado, representado neste acto pela Senhora Rosa Manuel Andrade da Silva, Governadora da Cidade de Maputo

e

A Autarquia Local de Maputo, representada neste acto pelo Senhor David Simango, Presidente do Conselho Municipal de Maputo, para o qual possuem os poderes legalmente conferidos, é celebrado o presente Acordo de Transferência de Funções e Competências, nos termos do Decreto nº 33/2006 de 30 de Agosto, do Conselho de Ministros.

CLÁUSULA PRIMEIRA (Objecto e âmbito)

O presente Acordo regula o processo de transferência das funções e competências referidas no artigo 11, do Decreto nº 33/2006, de 30 de Agosto, do Conselho de Ministros para a Autarquia Local de Maputo, a seguir mencionadas:

- a) *A criação, apetrechamento e administração das escolas do ensino primário e centros internatos, de acordo com as normas definidas pelo órgão que superintende a área da educação;*
- b) *A abertura de concursos para a construção de escolas do ensino primário e centros internatos;*
- c) *A gestão do pessoal administrativo das escolas do ensino primário e centros internatos;*
- d) *A aquisição e gestão de transportes escolares;*
- e) *A criação, apetrechamento e administração de centros de educação de adultos;*
- f) *A participação na definição do curriculum local;*
- g) *A gestão do ensino privado no nível primário;*

(2)
(x)

[Handwritten signature]
L

- h) A realização de outras actividades complementares da acção educativa, designadamente nos domínios da acção social escolar e da ocupação de tempos livres;
- i) A criação e administração de unidades sociais como centros infantis e instituições equiparáveis;
- j) A criação, gestão e manutenção das casas de cultura, centros culturais, salas de espectáculos, museus e bibliotecas autárquicos;
- k) A realização de investimentos públicos nos domínios do património cultural, paisagístico e urbanístico da autarquia local;
- l) A elaboração de propostas de classificação dos bens do património cultural e natural situados na área da jurisdição da autarquia local;
- m) A manutenção, restauro e recuperação de bens culturais materiais do âmbito da autarquia local;
- n) A celebração de protocolos com entidades públicas, ou privadas, com a sociedade civil ou pessoas singulares para a manutenção e recuperação do património cultural e das áreas classificadas;
- o) A organização e manutenção do inventário actualizado do património cultural, urbanístico e paisagístico existente na área da autarquia local;
- p) O incentivo e apoio a projectos e agentes culturais e mobilização dos produtores para organizarem-se em associações;
- q) A promoção da construção de infra-estruturas e equipamentos culturais;
- r) A organização de concursos, festivais, exposições, conferências, estágios, atribuição de prémios e outros estímulos que concorrem para a massificação do movimento cultural e contribuem para a valorização da produção artística a nível da autarquia local.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Recursos)

1. Para a realização das funções e competências referidas na cláusula 1 do presente Acordo, a autarquia disponibiliza os recursos constantes do Anexo I, de que lhe consta e é parte integrante.
2. O Governo da Cidade de Maputo garante a transferência dos recursos constantes do Anexo II, a partir do dia 1 de Janeiro de 2010.

[Handwritten signature]
4

3. Os recursos humanos a transferir para a Autarquia do Maputo, serão geridos nos termos do Decreto n.º 5/2006, de 12 de Abril e demais legislação aplicável aos funcionários e agentes do Estado
4. O presente Acordo abrange 150 escolas primárias, das quais, 104 públicas e 46 privadas.
5. Dos Recursos Humanos a transferir, consta um efectivo de 5790 funcionários, dos quais 4528 docentes e 1262 não docentes.
6. De igual maneira, no quadro deste Acordo, o Governo da Cidade de Maputo vai transferir para Autarquia Local de Maputo, verbas da Direcção de Educação e Cultura da Cidade de Maputo para o exercício económico de 2010, destinadas ao funcionamento, desenvolvimento e implementação das funções e competências transferidas, nos mesmos termos em que se beneficiava anteriormente.
7. As folhas de salários do pessoal transferido no âmbito deste Acordo continuarão a ser processados na Direcção de Educação e Cultura da Cidade de Maputo, até 31.12.2012

CLÁUSULA TERCEIRA (Capacitação)

Tendo em vista promover o desenvolvimento da capacidade dos recursos humanos para o desempenho das actividades no quadro das funções e competências nos termos do presente Acordo, as partes acordam na realização das seguintes acções de formação nos domínios de:

- Processo de transferência de funções e competências do Estado para Autarquia;
- Gestão de Recursos Humanos e Patrimoniais;
- Estatística e Carta Escolar;
- Inspeção e Supervisão Pedagógica do Ensino Básico.

CLÁUSULA QUARTA (Aceitação)

1. Considerando o carácter unitário do Estado Moçambicano, definido nos termos constitucionais, a necessidade de reforçar os objectivos nacionais e promover a eficiência e a eficácia da gestão pública, apoiando-se na iniciativa, na capacidade dos municípios e actuando em estreita colaboração com as organizações de participação em que estão integrados, as funções e competências, indicadas no parágrafo 1, serão exercidas pela Autarquia Local de Maputo em conformidade com a Lei do Sistema Nacional da Educação, a Política Nacional da Educação e Estratégias da sua implementação, os Programas de Ensino Básico vigentes e as demais normas ou orientações de carácter geral, preconizadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

[Assinatura]
4

2. A Autarquia Local de Maputo, em estrita observância do preceituado no parágrafo 1, da presente cláusula, assume as funções e competências definidas no presente Acordo nos seus precisos termos, submetendo-se à legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA
(Intervenções em regime de parceria)

1. O presente acordo contempla intervenções em regime de parceria, de harmonia com o artigo 7 do Decreto nº 33/2006, de 30 de Agosto, do Conselho de Ministros, baseada no princípio de coordenação entre o Estado e a Autarquia no exercício das competências próprias, de modo a assegurar a unidade e a complementaridade na prossecução de políticas públicas e evitar a sobreposição de actuações.
2. Através desta parceria, o Município do Maputo beneficiará da supervisão formativa da Direcção da Educação e Cultura da Cidade de Maputo e dos órgãos centrais do Ministério da Educação e Cultura.
3. No quadro da parceria referida no parágrafo 1, da presente cláusula, tendo em conta economias de escala, o Município do Maputo beneficiará do aprovisionamento do livro escolar e doutros materiais didácticos para o Ensino Básico, centralmente adquiridos para uso obrigatório no país, pelo Ministério da Educação e Cultura nos mesmos moldes de que usufruía a Direcção da Educação e Cultura da Cidade de Maputo.
4. Analogamente, no âmbito do regime de parceria, o Município do Maputo beneficiará de recursos financeiros, que incluem verbas centrais e/ou da Direcção da Educação e Cultura da Cidade de Maputo, tais como transferências do Orçamento do Estado (OE), Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE), Apoio Directo às Escolas (ADE) e outros programas do Ministério da Educação e Cultura para o funcionamento, desenvolvimento das escolas e implementação dos programas educativos do nível básico, nos mesmos termos em que são providas outras escolas deste nível em qualquer parte do território nacional.
5. Não serão transferidas para a Autarquia Local de Maputo, as cinco escolas abaixo mencionadas, criadas oficialmente como primárias, mas que, de facto, leccionam apenas o nível secundário, tendo em conta que o processo da sua formalização como escolas secundárias, está em curso:
 - Escola Primária “Avenida Eduardo Mondlane”, DM 1
 - Escola Primária “Aeroporto”, no DM 2
 - Escola Primária “Noroeste2”, no DM 3
 - Escola Primária “Mubukuane”, no DM 5
 - Escola Primária “Heróis Moçambicanos”, no DM 5

[Handwritten signature]

6. Havendo necessidade de transformar mais escolas primárias em secundárias, se for o caso, a Autarquia Local de Maputo terá que colaborar no sentido de viabilizar o projecto e de modo a garantir a continuidade do sistema nacional de educação.

CLÁUSULA SEXTA
(Monitoria e avaliação)

1. A Comissão de Avaliação prevista no Decreto n° 33/2006, do Conselho de Ministros, fará a monitoria do progresso da implementação do presente Acordo nas datas ou períodos que a seguir se estabelecem:
- Avaliação inicial, 18 meses depois de iniciado o processo de transferência, isto é, entre 1 de Julho e 30 de Setembro de 2011.
 - Uma avaliação final, três anos depois de completado o processo de transferência.

2. Os resultados das avaliações mencionadas no número anterior serão apresentados ao Governo da Cidade de Maputo e a Autarquia Local de Maputo, e esta submeterá à apreciação da Assembleia Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA
(Entrada em vigor)

O presente Acordo entra em vigor a 1 de Janeiro de 2010 e termina com a aprovação do respectivo relatório de Avaliação pela Assembleia Municipal.

Assinado na Cidade do Maputo aos 21 de Dezembro de 2009



Pel'O Governo da Cidade de Maputo
A Governadora da Cidade de Maputo
Rosa Manuel Andrade da Silva



Pel'A Autarquia Local de Maputo
O Presidente do Conselho Municipal
David Simango

Anexo 2

Acordo de Parceria entre o MINED e CMCM



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ACORDO DE PARCERIA

ENTRE

O **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, com sede na Avenida 24 de Julho, Nº 167, Cidade de Maputo, doravante designado também por Primeiro Outorgante, representado neste acto pelo respectivo Ministro, Zeferino Andrade de Alexandre Martins,

E

O **CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO**, com sede na Praça da Independência, Cidade de Maputo, doravante também designado por

Segundo Outorgante, representado neste acto pelo respectivo Presidente, David Simango,

É celebrado o presente acordo de parceria, a ser regido pelas cláusulas seguintes:

h

1

Cláusula Primeira
(Fundamentos e objectivos)

1. A presente parceria funda-se no artigo 25 da Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro, no nº 3 do artigo 7 do Decreto nº 33/2006, de 30 de Agosto, e na cláusula quinta do Acordo de Transferência de Funções e Competências do Sector da Educação e Cultura para a Autarquia Local de Maputo.
2. A presente parceria tem por objectivo a regulamentação e a materialização efectiva dos processos de Transferência de Funções e Competências do Sector da Educação e Cultura para a Autarquia Local de Maputo, sem perturbação do funcionamento normal do Ensino Primário.

Cláusula Segunda
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) Garantir que as suas estruturas centrais, no que concerne às Funções e Competências de Gestão do Ensino Primário passem a articular-se com o Pelouro da Educação, Cultura e Desporto do Segundo Outorgante;
- b) Assegurar que a transferência de verbas, subsídios, subvenções, planos e programas com o Ensino Primário para o

4

2

Segundo Outorgante se faça normalmente e de forma organizada e planificada;

- c) Realizar a supervisão e inspecção formativa dos técnicos, quadros e instituições da Educação no Município, de harmonia com a Planificação Estratégica do Ministério da Educação e da legislação em vigor;
- d) Garantir o ^{prover} ^{abastecer} aprovisionamento do livro escolar de distribuição gratuita e doutros materiais didácticos para o Ensino Primário, centralmente adquiridos, para uso obrigatório no país, pelo Ministério da Educação, nos mesmos moldes de que se beneficiava a Direcção da Educação e Cultura da Cidade de Maputo;
- e) Assegurar os recursos financeiros, que incluem transferências do Orçamento do Estado (OE), do Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE), e de outros programas do Ministério da Educação, para o funcionamento e desenvolvimento das escolas do Ensino Primário, nos mesmos termos em que são providas outras escolas deste nível em qualquer parte do território nacional;
- f) Inspeccionar ou auditar, por si ou por interposta pessoa tecnicamente competente, a execução de todos os programas e as respectivas contas no âmbito desta intervenção de parceria, à luz dos procedimentos consignados na legislação pertinente

aplicável, bem como dos procedimentos específicos acordados entre o Ministério da Educação e os parceiros de Cooperação.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Segundo Outorgante)

São obrigações do Segundo Outorgante:

- a) Desempenhar as funções e competências de gestão do Ensino Primário, na Autarquia, em conformidade com a Lei do Sistema Nacional da Educação, a Política Nacional da Educação e Estratégias da sua Implementação, os Programas do Ensino Primário vigentes e as demais normas e ou orientações ou instruções de carácter geral preconizadas pelo Ministério da Educação;
- b) Implementar eficaz e eficientemente os programas de Ensino Primário;
- c) Utilizar os fundos afectos às escolas do Município para os fins a que se destinam, observando a legislação aplicável, bem como os procedimentos específicos acordados entre o Ministério da Educação e os parceiros de cooperação;
- d) Facilitar a realização das auditorias externas à execução de todos os programas e às respectivas contas no âmbito desta intervenção de parceria.

Cláusula Quarta

(Entrada em vigor)

O presente acordo entra imediatamente em vigor

Celebrado em Maputo, aos 30 de Julho de 2010

PELO PRIMEIRO OUTORGANTE


Zeferino Andrade de Alexandre Martins

PELO SEGUNDO OUTORGANTE



David Simango

Anexo 3

Decreto nº 46/2011, de 21 de Setembro



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

significativo no desenvolvimento da economia nacional, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República de Moçambique, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1.º É aprovado o Estatuto Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas, em anexo, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 26 de Julho de 2011.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, Aires Bonifácio Baptista Ali.

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 44/2011:

Aprova o Estatuto Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Decreto n.º 45/2011:

Altera o artigo 45 do Decreto n.º 15/2010, de 24 de Maio.

Decreto n.º 46/2011:

Altera a redacção dos artigos 5.º, 15 e 16 do Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto, e acrescenta o capítulo IV, com os artigos 17 e 18.

Ministério dos Combatentes:

Diploma Ministerial n.º 228/2011:

Aprova o Regulamento Interno do Ministério dos Combatentes e revoga o Diploma Ministerial n.º 96/2001, de 6 de Junho.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 44/2011

de 21 de Setembro

Flavendo necessidade de estabelecer uma classificação uniforme das Micro, Pequenas e Médias Empresas, abreviadamente designadas por MPME's, para todos os sectores de actividade económica, bem como medidas de tratamento específico que lhes deve ser dispensado, como um segmento empresarial

Estatuto Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1

(Objecto)

O presente Estatuto estabelece as normas gerais relativas ao tratamento específico aplicável às Micro, Pequenas e Médias Empresas, adiante designadas MPME's, bem como os critérios gerais de sua classificação.

ARTIGO 2

(Âmbito de Aplicação)

1. O presente Estatuto aplica-se às MPME's constituídas à luz do direito moçambicano.
2. Excluem-se da aplicação do presente Estatuto as MPME's que desenvolvam as actividades de fabrico de armas, munições e explosivos, ou se dediquem à exploração de jogos de fortuna e azar.

ARTIGO 3

(Critérios de classificação das MPME's)

1. As MPME's classificam-se de acordo com o volume de negócios e o número de trabalhadores.
2. De acordo com os critérios referidos no número anterior, considera-se:
 - a) Micro Empresa (MiE), aquela cujo número de trabalhadores e o volume anual de negócios não excedam quatro trabalhadores e um milhão e duzentos mil Meticais;

SECÇÃO III

Transferência de conhecimento, acesso a tecnologias, inovação e direitos de propriedade intelectual

ARTIGO 12

(Apoio à transferência de conhecimento e inovação)

1. As MPME's beneficiam do acesso ao financiamento para iniciativas orientadas para a transferência de conhecimento e inovação.

2. As MPME's podem concorrer para o financiamento de programas de pesquisa orientados para a inovação, devendo submeter os respectivos projectos à aprovação do Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas, que estabelecerá um mecanismo de incentivo à disseminação dos conhecimentos e das inovações, salvaguardando os direitos da propriedade intelectual.

ARTIGO 13

(Criação de núcleos de inovação)

Nos centros de transferência de conhecimento e incubadoras de empresas serão criados núcleos de inovação com a finalidade de coordenar a implementação dos programas de inovação.

ARTIGO 14

(Registo de direitos de propriedade intelectual)

As MPME's devem ser incentivadas a desenvolver e privilegiar práticas de valorização dos activos de propriedade intelectual, incluindo mecanismos de apoio ao seu registo e manutenção.

SECÇÃO IV

Estímulo ao empreendedorismo e capacitação

ARTIGO 15

(Capacitação e assistência técnica)

As MPME beneficiam de capacitação e assistência técnica regular em matérias relevantes para o seu surgimento, consolidação e desenvolvimento, a ser prestada através de implantação de centros e pontos de orientação ao empresário em todo território nacional.

ARTIGO 16

(Publicações especializadas)

As MPME's beneficiam de publicações em matérias relativas a actividades produtivas específicas por si desenvolvidas.

ARTIGO 17

(Made in Mozambique)

As MPME's beneficiam de tratamento privilegiado na promoção à produção de designs de produtos "Made in Mozambique".

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 18

(Gestão das actividades)

A gestão das actividades desenvolvidas no âmbito do presente Estatuto Geral pertence ao Instituto de Promoção das Pequenas e Médias Empresas, nos termos do respectivo Estatuto Orgânico.

ARTIGO 19

(Actualização dos critérios de classificação)

Compete aos ministros que superintendem as áreas da indústria e comércio e das finanças, por despacho conjunto, actualizar os critérios de classificação das MPME's previstos no artigo 3 do presente Decreto.

Decreto n.º 45/2011

de 21 de Setembro

Havendo necessidade de se estabelecer expressamente o texto da cláusula anti-corrupção a que alude o artigo 45 do Decreto n.º 15/2010, de 24 de Maio, ao abrigo das competências que lhe são conferidas pelo disposto no n.º 1 do artigo 67 da Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. São acrescentados n.ºs 6 e 7 ao artigo 45 do Decreto n.º 15/2010, de 24 de Maio, com a seguinte redacção:

"ARTIGO 45

(Cláusulas essenciais)

1.
 - a)
 - b)
 - c)
 - d)
 - e)
 - f)
 - g)
 - h)
 - i)
 - j)

2.
3.
4.
5.

6. A cláusula anti-corrupção prevista na alínea *i)* do n.º 1 disporá que as partes se comprometem a não oferecer, directa ou indirectamente, vantagens a terceiros, e nem solicitar, prometer ou aceitar, para benefício próprio ou de outrem, ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar.

7. A omissão da cláusula referida no número anterior torna o contrato nulo e de nenhum efeito jurídico."

Art. 2. O presente Decreto entra imediatamente em vigor.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 26 de Julho de 2011.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, Aires Bonifácio Baptista Ali.

Decreto n.º 46/2011

de 21 de Setembro

Havendo necessidade de rever o Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto, que estabelece o quadro de transferência de funções e competências, do Estado para as autarquias locais, ao abrigo do n.º 1 do artigo 203 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É alterada a redacção dos artigos 5, 15 e 16, do Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto.

ARTIGO 5

Concretização da transferência

1.
2.
3. As funções e competências estabelecidas no presente Decreto são progressivamente transferidas para as autarquias locais, no prazo de 5 anos. Este prazo é prorrogável automaticamente por períodos iguais.

CAPÍTULO III

Procedimentos

ARTIGO 15

Forma de transferência de funções e competências

1. A transferência de funções e competências é feita mediante acordo entre o governo provincial e autarquia local, contendo nomeadamente:

- a)
- b)
- c)
- d)

2.
3.
4.
5.
6.

ARTIGO 16

Acompanhamento e Avaliação

1. Anualmente, é feita a avaliação do processo de transferência de funções e competências, do Estado para as autarquias locais.

2. A avaliação referida no número anterior é efectuada por uma comissão provincial de acompanhamento composta por:

- a) Um representante das áreas de Administração Local, das Finanças e das áreas cujas funções e competências são transferidas, indicados pelo respectivo Governador Provincial;
- b) Um representante da respectiva autarquia local.

3. A nível central, funciona uma comissão de acompanhamento do processo de transferência de funções e competências, com base nos relatórios das comissões provinciais composta por:

- a) Um representante do Ministério da Administração Estatal que coordena;
- b) Um representante do Ministério das Finanças;
- c) Um representante de cada Ministério que superintende a área das funções e competências transferidas;
- d) Um representante da Associação Nacional dos Municípios de Moçambique.

Art. 2. É acrescido o Capítulo IV, contendo os artigos 17 e 18.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 17

Competências

1. Incumbe aos Ministros que superintendem nas áreas das funções e competências a transferir, determinar previamente, a qualidade e quantidade dos recursos necessários para o exercício das referidas funções e competências.

2. Compete aos Ministros que superintendem as áreas de Administração Local e das Finanças aprovar as instruções que se mostrarem necessárias para a implementação do presente Decreto.

ARTIGO 18

Norma revogatória

São revogados os Decretos n.º 46/2003, de 17 de Dezembro e n.º 55/2004, de 8 de Outubro.

ARTIGO 3

Entrada em Vigor

O presente Decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 9 de Agosto de 2011.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Aires Bonifácio Baptista Ali*.

MINISTÉRIO DOS COMBATENTES

Diploma Ministerial n.º 228/2011

de 21 de Setembro

Havendo necessidade de se regulamentar a organização e funcionamento interno do Ministério dos Combatentes e no uso das competências que me são conferidas pelo artigo 19 do Estatuto Orgânico do Ministério dos Combatentes, determino:

Artigo 1. É aprovado o Regulamento Interno do Ministério dos Combatentes, anexo ao presente Diploma Ministerial do qual é parte integrante.

Art. 2. É revogado o Diploma Ministerial n.º 96/2001, de 6 de Junho.

Art. 3. O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério dos Combatentes, em Maputo, 1 de Junho de 2011.

— O Ministro dos Combatentes, *Mateus Óscar Kida*.

Regulamento Interno do Ministério dos Combatentes

CAPÍTULO I

Generalidades, objecto e âmbito

ARTIGO 1

(Generalidades)

O Ministério dos Combatentes é o órgão central do aparelho de Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Decreto Presidencial n.º 6/2010, de 19 de Março, dirige e executa a política do Governo para a implementação efectiva do disposto nos artigos 15 e 16 da Constituição da República.

ARTIGO 2

(Objecto)

O presente Regulamento tem por objecto principal a garantia do funcionamento dos órgãos centrais, criar e consolidar um elevado sentido de responsabilidade no seio dos funcionários e agentes do Estado afectos ao Ministério dos Combatentes.

ARTIGO 3

(Âmbito de aplicação)

O presente Regulamento vincula a todos os funcionários e agentes do Estado afectos ao Ministério dos Combatentes, independentemente da sua posição hierárquica.